

EDITAL

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO MATERIAL DE CONSUMO/KITS LANCHES DESTINADO AOS DIVERSOS SETORES, DESTE MUNICÍPIO DE MONTANHA/ES.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00h do dia 22/04/2024

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:30 h do dia 03/05/2024

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09:00 h do dia 03/05/2024

PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: Até às 09:00 horas do dia 29/04/2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF.

LOCAL: Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS: Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço eletrônico: licitacao@montanha.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº006/2024
CÓD.CIDADES: 2024.048E0700001.01.0007

ORGÃOS PARTICIPANTES: FMS E FMAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024
CÓD.CIDADES: 2024.048E0500001.01.0002

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024
CÓD.CIDADES: 2024.048E0500002.01.0001

DECRETO Nº 4.526, DE 28 DE JUNHO DE 2022
TRATAMENTO DIFERENCIADO LOCAL E REGIONAL

O MUNICÍPIO DE MONTANHA/ES, inscrito no CNPJ sob o n.º 27.174.051/0001-96, situado na Praça Osvaldo Lopes S/nº, Centro, Montanha - ES, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 4.701/2023, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, das Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº 4.596 /2023, pelas demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital.

1. DO OBJETO E DISPOSIÇÕES PRELIMILARES

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Aquisição de material de consumo/ kits de Lanche destinado aos diversos setores deste Município de Montanha/ES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital.

1.2. Os quantitativos do objeto desta licitação estão distribuídos conforme discriminado no Anexo IX - Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do LOTE, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Os Lotes 10 E 13 Ampla Concorrência, os demais lotes serão Exclusivos para ME/EPP

1.4. O Edital encontra-se disponível na internet nos sites <https://montanha-es.portaltip.com.br/> e www.portaldecompraspublicas.com.br, ou ainda poderá ser obtida através do email: licitacao@montanha.es.gov.br.

1.5. As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico anteriormente estabelecido; desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

1.7. Compete a cada licitante fazer um minucioso exame do Edital, e das condições nele estabelecidas, ficando responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios <https://montanha-es.portaltip.com.br/> ou www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como às publicações oficiais, questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

1.8. Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente ao Provedor - Portal de Compras Públicas.

1.9. Para fins do disposto no subitem anterior, o valor estimado ou valor máximo aceitável será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio dos lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, previstano orçamento para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

080002.339030.1030100132.051- ficha 60 PSF; Saude

09002.339030.0824400182.071 - ficha 60 CRAS;

09003.339030.0824400182.072 - ficha 71 CREAS;

09001.339030.0824400182.068 - ficha 30 Manutenção do Fundo M.de Assist.Social;

070001.339030.121221102.32 - ficha 288 Gabinete secretário M. de Educação;

30001.339030.0412200032.008- ficha 064 Gabinete do Secretário M. de Administração e Planejamento;

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública e serão utilizados recursos de tecnologia da informação, por meio de comunicação eletrônica via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografiae autenticação - em todas as suas fases.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pelo sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br" constante da página eletrônica do Compras Públicas (Provedor).(Provedor).

3.3 O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.5. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º daLei nº 14.133/2021.

4.1.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.1.4. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.1.5. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.6. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber

citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.7. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.1.8. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.3.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

4.3.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8 Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, após a fase de lances, a Pregoeira convocará a(s) empresa(s) vencedora(s) para anexar os documentos de habilitação exigidos no edital no **prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas**, e após este prazo encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. A proposta de preços prevista no Edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico, mediante a opção "Acesso identificado", na página inicial do site www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme datas e horários limites estabelecidos no item 1.5 deste instrumento convocatório.

5.1.2. Será de inteira responsabilidade do licitante o preenchimento de todas as informações requeridas pelo sistema, devendo o mesmo cuidar para que tais não o identifiquem sob pena de desclassificação.

5.2. O encaminhamento da proposta pelo licitante pressupõe seu pleno conhecimento e aceitação de todas as regras do certame.



5.3. Para a elaboração da proposta comercial o licitante deverá considerar os preços praticados no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

5.4. A proposta e os lances formulados pelo licitante na Sessão Pública através do sistema eletrônico deverão indicar o PREÇO UNITÁRIO DO ITEM, expresso em Real (R\$).

5.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante registrado.

5.6. No caso de propostas com valores iguais, não ocorrendo lances, prevalecerá aquela que for recebida e registrada em primeiro lugar.

5.7. O preço proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos por ventura decorrente ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente licitação tais como, exemplificativamente: impostos, taxas, transportes, seguros, embalagens, encargos, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, insumos de qualquer natureza, etc.

5.8. Quaisquer tributos, custos ou despesas, de qualquer natureza, omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ao Município sem ônus adicional.

5.9. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.11. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.12. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado e posteriormente os seus documentos de habilitação anexados somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Modelo, prazo de validade ou de garantia, no que for aplicável, de cada item ofertado, quando for o caso.

6.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1.1 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Edital, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



7.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.

7.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para

desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.27.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.27.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.27.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.27.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.28. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.28.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.28.2. empresas brasileiras;

7.28.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo IMPRORROGÁVEL de até 24 (vinte e quatro)**, considerando dia útil, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos **documentos de habilitação**, conforme item 9 deste edital.

7.30. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. Após a finalização da fase de lances e negociação, não serão aceitas propostas com valores superiores aos estabelecidos no orçamento estimado do município.

8.4. As propostas com valores superiores aos estabelecidos pela administração ao final da fase de lances e negociação, serão automaticamente desclassificadas.



8.5. Será desclassificada também a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes da Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br).

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>).

9.1.4. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a Pregoeira solicitará da(s) vencedora(s) a anexação dos



documentos de habilitação exigidos neste edital, através de mensagem via chat no portal, concedendo o prazo IMPRORROGÁVEL de até 24 (vinte e quatro) horas, considerando dia útil, para realização da anexação, sob pena de desclassificação, e posteriormente, verificará por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.**

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar após solicitação a respectiva documentação atualizada.

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.1.1. Documento de identidade do representante legal.

10.1.2. Registro comercial - no caso de empresa individual; ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado - no caso de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.1.3. No caso em que houver consolidação do contrato social ou transformação do registro da empresa na última alteração, fica dispensada a apresentação das alterações anteriores.

10.1.4 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>

10.1.4. No caso de Cooperativa: ata de eleição da diretoria e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente registrados na Junta Comercial da respectiva sede.

10.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou dacons

11. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) emitido em até 60 (sessenta) dias contados da data de abertura do certame;

11.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 11.1.4.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 11.1.5.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- 11.1.6.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.1.7.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- 11.1.8.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- 12.1.1.** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- 12.1.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- 12.2.1.** Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para os quais já tenha o licitante fornecido materiais relativos ao objeto desta licitação, que atestem o desempenho da proponente quanto à qualidade dos mesmos, devidamente assinado pelo representante com papel timbrado ou carimbo do CNPJ do emissor.
- 12.2.2.** Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, ou isenção.

13. DECLARAÇÕES

- 13.1.1.** Declarações constantes nos **Anexos II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX** deste Edital.

14. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ME/EPP.

- 14.1.1.** Para comprovar sua condição de ME/EPP a empresa deverá **OBRIGATORIAMENTE** apresentar:
 - 14.1.1.2.** Declaração referente à Condição de ME - EPP assinada pelo representante legal **EM CONJUNTO COM O CONTADOR**, nos termos do **Anexo V** deste Edital.
 - 14.1.1.3.** Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do **Anexo VIII** deste Edital.
 - 14.1.1.4.** Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como ME ou EPP, com data de emissão não superior a **180 (cento e oitenta) dias**, anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.
- 14.2.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
 - 14.2.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 14.3.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e



trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública.

14.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.5. Após o encaminhamento dos documentos de habilitação pelo provedor Portal de Compras Pública **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos não apresentados**, salvo se considerado caso de diligência pela Pregoeira, para:

14.5.1. Complementação/confirmação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

14.5.2. Atualização de documentos apresentados cuja validade tenha expirado, desde que, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores das certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) no momento da diligência pela Pregoeira.

14.5.2.4. Em se tratando de ME/EPP poderá ser aplicado o previso no item 9.13.

14.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares conforme descrito nos subitens 9.16.1 e 9.16.2, o licitante será convocado via sistema a encaminhá-los, em formato digital no portal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sob pena de inabilitação.

14.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.8. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

15.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

15.1.2. Conter preferencialmente a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante, vinculam a Contratada.

15.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso.

15.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão também os primeiros. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

16. DOS RECURSOS.

16.1. Após o julgamento das propostas e após a habilitação/inabilitação das participantes, o licitante interessado deverá manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, sob

pena de preclusão.

16.1.1. Será considerada como manifestação imediata aquela efetuada por meio do sistema em até **30 (trinta) minutos** após a intimação ou lavratura da ata de habilitação/inabilitação.

16.1.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

16.2. Declarado o vencedor, e feita a manifestação motivada da intenção de recurso nos termos do item anterior, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante 1.4 deste Edital.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

17.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

18.1. Julgados os recursos ou não havendo interposição de recurso, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior a Autoridade Competente para adjudicação e homologação.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, considerando que a aquisição será com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, não havendo previsão de assistência técnica ou outras obrigações futuras, o Contrato será substituído pela Nota de Empenho e pela Autorização de Fornecimento.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar aceitar ou retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

19.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

19.4. O prazo de entrega do objeto é o estabelecido no Termo de Referência, ou seja, 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução

Normativanº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

19.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar ou aceitar o instrumento equivalente, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, aceitar o instrumento equivalente.

20. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.

20.1. As entregas do objeto são as estabelecidas no Termo de Referência parte integrante deste Edital.

21. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

21.1. Os preços serão fixo e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação das propostas, após esse prazo poderá sofrer reajustes, conforme índice IPCA-E (IBGE), mediante justificativas apresentadas pela CONTRATADA e aceite do CONTRATANTE, conforme Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.

22.1. Os critérios de gestão, fiscalização e acompanhamento do objeto desta licitação estão previstos no Termode Referência parte integrante deste Edital.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

23.1. As obrigações do fornecedor e do município são as estabelecidas no Termo de Referência parte integrantedeste Edital.

24. DO PAGAMENTO.

24.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência parte integrante deste Edital.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

25.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- 25.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 25.1.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 25.1.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 25.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 25.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 25.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 25.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 25.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 25.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 25.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

25.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência por escrito;
- b)** Multa;
- c)** Impedimento de licitar e contratar;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

25.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

25.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) diasúteis.



25.5. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.5.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.5.1.4. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem como objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

26.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

26.1.1 Os pedidos de esclarecimentos deverá ser realizada, **preferencialmente**, por forma eletrônica, através da www.portaldecompraspublicas.com.br, poderá ainda ser encaminhada através do e-mail licitacao@montanha.es.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Osvaldo Lopes S/Nº, Centro, Montanha/ES.

Os esclarecimentos serão divulgados no referido portal.

26.2. As impugnações deverão ser realizadas **EXCLUSIVAMENTE** por forma eletrônica, em local próprio no Sistema Portal de Compras Públicas, no prazo assinalado, observados os demais requisitos de admissibilidade, não tendo efeito suspensivo.

26.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

26.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

26.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

26.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

26.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

26.8. Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

27.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

27.2. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

27.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa

entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.7. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.7.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.8. A Prefeitura Municipal de Montanha, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

27.8.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

27.8.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

27.9. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

27.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO

ANEXO IX- TERMO DE REFERÊNCIA

Montanha - ES, 18 de Abril de 2024

Marcelo Lírio da Silva
Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia



ANEXO I

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2024

A (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A)..... ,
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº ,
DECLARA
EXPRESSAMENTE

QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE
QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS
DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM
INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS
DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

(LOCAL), ____ DE _____ DE 2024

.....
(NOME, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

(PAPEL TIMBRADO E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA)



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Pregão ELETRÔNICO Nº _____/2024

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) ,
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO
DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM
TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ().

(LOCAL), ____ DE _____ DE 2024

.....
(NOME, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

(PAPEL TIMBRADO E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA)



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2024

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A)
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº , PARA FINS DO DISPOSTO
NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **Pregão ELETRÔNICO Nº 000004_____**

- A)** A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICO Nº 0_____/2024** FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICO Nº _____/2024**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;
- B)** A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICO Nº _____/2023** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICO Nº _____/2024**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;
- C)** QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICO Nº _____/2024** QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;
- D)** QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICO Nº _____/2024** NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICO Nº _____/2024** ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;
- E)** QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICO Nº _____/2024** NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS/ES, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E
- F)** QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

(LOCAL), ____ DE _____ DE 2024

(NOME, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

(PAPEL TIMBRADO E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2024

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A)
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., **DECLARA**, SOB AS
PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS
DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS
E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS
IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º
DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() MICROEMPRESA - RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) E
ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM
NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA
PELA LC 147/2014.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE - RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil
reais) E IGUAL OU INFERIOR A R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), ESTANDO APTA A FRUIR OS
BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES
LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS
TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE
COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE
TRATAMENTO DIFERENCIADO.

(LOCAL), ____ DE ____ DE 2024

.....
(NOME, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

NOME E ASSINATURA DO CONTADORCRC: _____

(PAPEL TIMBRADO E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA)



MONTANHA
PREFEITURA

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2024

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A),
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA NÃO TER RECEBIDO
DO MUNICÍPIO DE DOMINGOSMARTINS/ES OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU
INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM
LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E
MUNICIPAL.

(LOCAL), ____ DE ____ DE 2024

.....
(NOME, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

(PAPEL TIMBRADO E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA)



MONTANHA
PREFEITURA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2024

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) ,
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, EM
CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE
CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO **DE MONTANHA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2024.**

(LOCAL), ____ DE _____ DE 2024

.....
(NOME, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

(PAPEL TIMBRADO E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pregão ELETRÔNICO Nº _____/2024

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O (A) SR (A).....,
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, EM
CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021 que possui os seguintes contratos firmados com a Administração
Pública no ano-calendário de realização desta licitação:

Nome do Órgão	Vigência do Contrato	Valor do Contrato
	Valor total dos Contratos	R\$ (xxxxxxx,xx)

(LOCAL), ____ DE ____ DE 2024

.....
(NOME, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

(PAPEL TIMBRADO E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA)

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº XXXX/2024,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHA E
A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX**

O MUNICÍPIO DE MONTANHA, com sede na Praça Osvaldo Lopes, s/nº, Centro, Montanha-ES, CEP: 29.890-000 inscrita no CNPJ sob o nº 27.174.051/0001-96, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, **ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 088.874.567-20 e de outro lado a empresa, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e 147/2014, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de _____, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital e a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
REPRESENTANTE:
E-MAIL:
TEL.: ()

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	V. UNIT.	V. TOTAL
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA.

O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 12 meses contados do primeiro dia útil, subsequente à data no Diário Oficial dos Municípios (DOM), e poderá ser prorrogado por igual período, desde que

podendo ser prorrogado conforme artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 .

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura Municipal de Montanha/ES para o exercício de 202__ na classificação abaixo:

Secretaria:

Dotação:

Ficha-Fonte:

5. CLÁUSULA QUINTA - MEDIÇÃO E PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE.

Os valores poderão ser reajustados anualmente após decorridos 12 (doze meses) de vigência do contrato conforme legislação em vigor.

7. CLÁUSULA NONA - EXECUÇÃO DO OBJETO.

7.1. As condições de execução do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA DÉCIMA - RECEBIMENTO, GESTÃO FISCALIZAÇÃO.

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

9. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- 10.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 10.1.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 10.1.3.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 10.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 10.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência

da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

10.4. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

10.4.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

10.4.1.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem como objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO.

11.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÕES.

12.1. É VEDADO À CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES.

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO.

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO.

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Montanha/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DEDE
2024

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

ANEXO IX

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001004/2024

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa fornecedora de Kits de Lanches para reuniões, palestras e eventos das secretarias de Saúde, de Educação, de Administração e Planejamento e de Assistência Social deste município, conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência, nos termos da lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, na modalidade de Pregão Eletrônico, e conforme descrição em anexo dos Pedidos.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa para fornecimento de Kits de Lanches tem por objetivo suprir as necessidades em palestras, reuniões e demais eventos promovidos pela Secretaria de Administração e Planejamento. Nestas ocasiões, é comum que pausas para lanches (*coffee breaks*) sejam feitas para reduzir a tensão e promover maior alinhamento entre os participantes. Além disso, há eventos que exigem pausas por conta de sua duração diária. A contratação preliminar poderá evitar que a Administração tenha que gastar com despesas de última hora com alimentação em eventos.

A justificativa da secretaria de Saúde é que realiza programas a população, Ações de Promoção e Saúde, Ações da Vigilância Sanitária, Campanha de Vacinas e atendimentos ambulatoriais em todo o município, incluindo zona rural e distritos, o que leva bastante tempo dos servidores. Além disso, a secretaria promove capacitações e palestras em que a pausa para o lanche é necessária.

A secretaria de Educação justifica a contratação expondo que os kits lanches serão destinados aos eventos coordenados por ela, como reuniões, JPP, palestras, treinamentos e conferências, para proporcionar “*networking*”, que seria gerar contatos de rede, onde pessoas se juntam em busca de um mesmo objetivo.

A secretaria de Assistência Social, que atende ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e ao Serviço Institucional de Acolhimento para Pessoas Idosas, Crianças e Adolescentes, esclarece que trabalha com indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade, e que o guia de orientações do SCFV orienta que esses espaços devem disponibilizar água potável e lanches. Expõe ainda que também promove conferências, palestras e capacitações, eventos que precisam de kit lanches para bom funcionamento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A solução pretendida é a contratação de pessoa jurídica para executar o serviço e fornecer todo o material necessário à realização das atividades, de forma imediata.

4. RESULTADOS PRETENDIDOS

4.1 Pretende-se promover eventos de qualidade à população, com todos os materiais necessários para um bom aproveitamento dos conteúdos apresentados. É esperado que os locutores e interlocutores sejam acolhidos e satisfeitos com o serviço prestado.

5. DA CONTRATAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO

5.1 Contratação fundamentada nos pressupostos do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A entrega dos itens no local indicado pela contratante é de responsabilidade da contratada, devendo a mesma possuir pessoal habilitado para descarregamento do material, quando necessário;

6.2 A empresa vencedora deverá apresentar toda a documentação necessária à habilitação.

7. CLASSIFICAÇÃO SERVIÇO COMUM

7.1 Tal contratação caracteriza-se como bem comum, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

8. DAS AMOSTRAS

8.1 Não se aplica.

9. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 Os produtos deverá ser entregue, conforme solicitações das Secretarias Municipais, em cada setor.

9.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.4. Manter, durante toda a execução dos serviços, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação.

11.1.5 A empresa deverá fornecer os materiais (conforme segue abaixo):

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA							
LOTE		00001 - BISCOITO POLVILHO					
Descrição		formato tipo argola ou palito, embalados em sacos plásticos transparentes resistentes, pesando 250g. cerca de 901% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebrados). em seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. produtos de fabricação própria.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00001	00017197	BISCOITO POLVILHO formato tipo argola ou palito, embalados em sacos plásticos transparentes resistentes, pesando 250g. Cerca de 901% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebrados). Em seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria. SECRETARIA DE AD E PLANEJAMENTO	PCT	50		11,000	550,00
Total do Lote						550,00	

Lote		00002 - BOLO SABORES DIVERSOS					
Descrição		sabores: fubá, aipim, laranja, chocolate, obtidos a partir de matéria prima de qualidade. a massa deve estar em boa aparência, macia e aerada.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00002	00017198	BOLO SABORES DIVERSOS sabores: fubá, aipim, laranja, chocolate, obtidos a partir de matéria prima de qualidade. A massa deve estar em boa aparência, macia e aerada. SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	KG	600		36,670	22.002,00
00003	00017198	BOLO SABORES DIVERSOS sabores: fubá, aipim, laranja, chocolate, obtidos a partir de matéria prima de qualidade. A massa deve estar em boa aparência, macia e aerada. SECRETARIA DE AD E PLANEJAMENTO	KG	70		36,670	2.566,90
Total do Lote						24.568,90	

Lote		00003 - LEITE INTEGRAL 1 L					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00004	00016815	LEITE INTEGRAL 1 L leite integral uht 1l, líquido, embalagem primária própria intacta, constando a identificação do produto, marca, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote e validade mínima de 90 dias após a data de entrega. SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	UN	100		6,970	697,00
Total do Lote						697,00	

Lote		00004 - MINI PIZZA					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00005	00018017	MINI PIZZA Mini pizza com molho de tomate, calabresa/frango, queijo e orégano, aproximadamente 30g cada. SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	UN	4000		2,830	11.320,00
Total do Lote						11.320,00	

Lote		00005 - MINI SANDUICHE PÃO C/ PRESUNTO E QUEIJO					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total

00006	00018007	MINI SANDUICHE PÃO C/ PRESUNTO E QUEIJO Mini sanduíche com presunto, queijo, maionese. Com 01 fatia de pão branco (fatiado) dividida ao meio em triângulo, contendo no mínimo 80g cada. SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	UN	5000		2,830	14.150,00
Total do Lote						14.150,00	

Lote		00006 - PAO DE QUEIJO					
Descrição		não devem estar murchos e nem com aspecto envelhecido, devendo ser produzidos no dia da entrega, sendo acondicionados em embalagens limpas e devidamente fechadas.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00007	00015474	PAO DE QUEIJO Não devem estar murchos e nem com aspecto envelhecido, devendo ser produzidos no dia da entrega, sendo acondicionados em embalagens limpas e devidamente fechadas. SECRETARIA DE AD E PLANEJAMENTO	UN	2000		2,170	4.340,00
00008	00015474	PAO DE QUEIJO Não devem estar murchos e nem com aspecto envelhecido, devendo ser produzidos no dia da entrega, sendo acondicionados em embalagens limpas e devidamente fechadas. SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	UN	4000		2,170	8.680,00
Total do Lote						13.020,00	

Lote		00007 - PATÊ DE FRANGO					
Descrição		frango, maionese, salsinha e cebolinha.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00009	00018014	PATÊ DE FRANGO frango, maionese, salsinha e cebolinha. SECRETARIA DE AD E PLANEJAMENTO	KG	10		46,670	466,70
00010	00018014	PATÊ DE FRANGO frango, maionese, salsinha e cebolinha. SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	KG	100		46,670	4.667,00
Total do Lote						5.133,70	

Lote		00008 - REFRIGERANTE 2 L					
Descrição		sabores: uva, laranja, limão, coca-cola e guaraná.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00011	00016821	REFRIGERANTE 2 L Sabores: Uva, Laranja, Limão, Coca-Cola e Guaraná. SECRETARIA DE AD E PLANEJAMENTO	UN	30		11,130	333,90
00012	00016821	REFRIGERANTE 2 L Sabores: Uva, Laranja, Limão, Coca-Cola e Guaraná. SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	UN	600		11,130	6.678,00
Total do Lote						7.011,90	

Lote		00009 - SALGADINHO ASSADO					
Descrição		100 (cento) - peso ḿnimo de cada unidade de 20 Á 25 gramas. recheio: carne, frango ou queijo- especie a escolher (mini esfira, mini empada, enrolado de salsicha, enrolado de presunto e queijo ou pastel).					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00013	00017204	SALGADINHO ASSADO 100 (CENTO) - PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE DE 20 Á 25 GRAMAS. RECHEIO: CARNE, FRANGO OU QUEIJO- ESPECIE A ESCOLHER (MINI ESFIRA, MINI EMPADA, ENROLADO DE SALSICHA, ENROLADO DE PRESUNTO E QUEIJO OU PASTEL). SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	UN	6000		2,000	12.000,00
Total do Lote						12.000,00	

Lote		00010 - SANDUICHE NATURAL					
------	--	---------------------------	--	--	--	--	--

Descrição	composto por um pão doce de 25g, c/ recheio de patê de frango, alface e cenoura ralada.						
-----------	---	--	--	--	--	--	--

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00014	00011452	SANDUICHE NATURAL composto por um pão doce de 25g, c/ recheio de patê de frango, alface e cenoura ralada. SECRETARIA DE AD E PLANEJAMENTO	UN	700		7,000	4.900,00
00015	00011452	SANDUICHE NATURAL composto por um pão doce de 25g, c/ recheio de patê de frango, alface e cenoura ralada. SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	UN	6000		7,000	42.000,00
Total do Lote						46.900,00	

Lote	00011 - SUCO						
Descrição	suco de frutas entre os sabores: uva, laranja, abacaxi, maracujá, morango, manga, pêssego, caju, etc., embalado em caixinha de 1l.						
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00016	00001707	SUCO suco de frutas entre os sabores: uva, laranja, abacaxi, maracujá, morango, manga, pêssego, caju, etc., embalado em caixinha de 1L. SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	UN	1000		8,630	8.630,00
00017	00001707	SUCO suco de frutas entre os sabores: uva, laranja, abacaxi, maracujá, morango, manga, pêssego, caju, etc., embalado em caixinha de 1L. SECRETARIA DE AD E PLANEJAMENTO	UN	30		8,630	258,90
Total do Lote						8.888,90	

Lote	00012 - TORRADA TEMPERADA COM ALHO E ORÉGANO						
Descrição	pão torrado temperado com alho e orégano com aspecto crocante.						
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00018	00018013	TORRADA TEMPERADA COM ALHO E ORÉGANO Pão torrado temperado com alho e orégano com aspecto crocante. SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	PCT	600		11,500	6.900,00
00019	00018013	TORRADA TEMPERADA COM ALHO E ORÉGANO Pão torrado temperado com alho e orégano com aspecto crocante. SECRETARIA DE AD E PLANEJAMENTO	PCT	100		11,500	1.150,00
Total do Lote						8.050,00	

Lote	00013 - TORTA DE PÃO DE FORMA						
Descrição	pão de forma, recheio de peito de frango desfiado,maionese, milho verde batata palha, com produtos de 1 º linha						
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00020	00018018	TORTA DE PÃO DE FORMA PÃO DE FORMA, RECHEIO DE PEITO DE FRANGO DESFIADO,MAIONESE, MILHO VERDE BATATA PALHA, COM PRODUTOS DE 1 º LINHA SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	KG	600		59,970	35.982,00
Total do Lote						35.982,00	

	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Lote	00001 - BISCOITO POLVILHO						
Descrição	formato tipo argola ou palito, embalado em sacos plásticos transparente resistentes, pesando 250 gramas. 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebrados). no seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. produtos de fabricação própria.						
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total

00001	00017197	BISCOITO POLVILHO Formato tipo argola ou palito, embalado em sacos plásticos transparente resistentes, pesando 250 gramas. 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebrados). Noseu rótulo deverá conter informação nutricional porporção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria. Fundo Municipal de Saúde	PCT	300		11,000	3.300,00
Total do Lote						3.300,00	

Lote		00002 - BOLO VARIOS SABORES MASSA NATURAL					
Descrição		fubá, aipim, laranja, chocolate, obtidos a partir de matéria prima de qualidade, a massa deve estar em boa aparência macia e aerada.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00002	00018011	BOLO VARIOS SABORES MASSA NATURAL Fubá, aipim, laranja, chocolate, obtidos a partir de matéria prima de qualidade, a massa deve estar emboa aparência macia e aerada. Fundo Municipal de Saúde	KG	500		36,670	18.335,00
Total do Lote						18.335,00	

Lote		00003 - IOGURTE INTEGRAL					
Descrição		iogurte com polpa de frutas sabores em pacote de 1 litro, longa vida integral 1ª linha.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00003	00020056	IOGURTE INTEGRAL iogurte com polpa de frutas sabores em pacote de 1 litro, longa vida integral 1ª linha. Fundo Municipal de Saúde	LT	80		10,330	826,40
Total do Lote						826,40	

Lote		00004 - LEITE ACHOCOLATADO					
Descrição		tradicional, contendo açúcar, cacau, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas, lecitina de soja e aromatizantes 1ª linha.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00004	00000668	LEITE ACHOCOLATADO Tradicional, contendo açúcar, cacau, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas, lecitina de soja e aromatizantes 1ª linha. Fundo Municipal de Saúde	LT	100		7,630	763,00
Total do Lote						763,00	

Lote		00005 - LEITE INTEGRAL 1 L					
Descrição		leite integral uht 1l, líquido, embalagem primária própria intacta, constando a identificação do produto, marca, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote e validade mínima de 90 dias após a data de entrega.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00005	00016815	LEITE INTEGRAL 1 L leite integral uht 1l, líquido, embalagem primária própria intacta, constando a identificação do produto,marca, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote e validade mínima de 90 dias após adata de entrega. Fundo Municipal de Saúde	LT	100		6,970	697,00

Total do Lote						697,00	
---------------	--	--	--	--	--	--------	--

Lote		00006 - MINI PIZZA					
Descrição		mini pizza com molho de tomate, calabresa/frango, queijo e orégano, aproximadamente 30g cada.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total

00006	00018017	MINI PIZZA Mini pizza com molho de tomate, calabresa/frango, queijo e orégano, aproximadamente 30g cada. Fundo Municipal de Saúde	UN	600		2,830	1.698,00
Total do Lote						1.698,00	

Lote		00007 - MINI SANDUICHE PÃO C/ PRESUNTO E QUEIJO					
Descrição		mini sanduíche com presunto, queijo, maionese. com 01 fatia de pão branco (fatiado) dividida ao meio em triângulo, contendo no mínimo 80g cada.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00007	00018007	MINI SANDUICHE PÃO C/ PRESUNTO E QUEIJO Mini sanduíche com presunto, queijo, maionese. Com01 fatia de pão branco (fatiado) dividida ao meio em triângulo, contendo no mínimo 80g cada. Fundo Municipal de Saúde	UN	6000		2,83	16.980,00
Total do Lote						16.980,00	

Lote		00008 - PAO DE QUEIJO					
Descrição		não devem estar murchos e nem com aspecto envelhecido, devendo ser produzido no dia da entrega, sendo acondicionados em embalagens limpas e devidamente fechadas.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00008	00015474	PAO DE QUEIJO Não devem estar murchos e nem com aspecto envelhecido, devendo ser produzido no dia da entrega, sendo acondicionados em embalagens limpas e devidamente fechadas. Fundo Municipal de Saúde	UN	4000		2,17	8.680,00
Total do Lote						8.680,00	

Lote		00009 - PATÊ DE FRANGO					
Descrição		frango, maionese, salsinha e cebolinha.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00009	00018014	PATÊ DE FRANGO Frango, maionese, salsinha e cebolinha. Fundo Municipal de Saúde	KG	20		46,670	933,40
Total do Lote						933,40	

Lote		00010 - REFRIGERANTE 2 L					
Descrição		sabores variados 1ª linha.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00010	00016821	REFRIGERANTE 2 L Sabores: Uva, Laranja, Limão, Coca-Cola e Guaraná. Fundo Municipal de Saúde	UN	400		11,130	4.452,00
Total do Lote						4.452,00	

Lote		00011 - SALGADINHO ASSADO					
Descrição		peso mínimo de cada unidade de 20 á 25 gramas. recheio: carne, frango ou queijo- especie a escolher (mini esfiha, mini empada, enrolado de salsicha, enrolado de presunto e queijo ou pastel).					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00011	00017204	SALGADINHO ASSADO Peso mínimo de cada unidade de 20 á 25 gramas. Recheio: carne, frango ou queijo- especie a escolher Fundo Municipal de Saúde	UN	500		2,000	1.000,00

		(mini esfiha, mini empada, enrolado de salsicha, enrolado de presunto e queijo ou pastel).					
Total do Lote						1.000,00	

Lote		00012 - SANDUICHE NATURAL					
------	--	---------------------------	--	--	--	--	--

Descrição		composto por um pão doce de 25g com recheio de patê de frango alface e cenoura ralada.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00012	00011452	SANDUICHE NATURAL Composto por um pão doce de 25g com recheio de patê de frango alface e cenoura ralada. Fundo Municipal de Saúde	UN	4000		7,00 0	28.000,00
Total do Lote						28.000,00	

Lote		00013 - SUCO					
Descrição		suco de frutas entre os sabores: uva, laranja ,abacaxi, morango,manga, pêssego,caju etc..embalado em caixinha de 1 lt.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00013	00001707	SUCO Suco de frutas entre os sabores: uva, laranja ,abacaxi, morango,manga, pêssego,caju etc..embalado em caixinha de 1 lt. Fundo Municipal de Saúde	LT	400		8,63 0	3.452,00
Total do Lote						3.452,00	

Lote		00014 - TORRADA TEMPERADA COM ALHO E ORÉGANO					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00014	00018013	TORRADA TEMPERADA COM ALHO E ORÉGANO Pão torrado temperado com alho e orégano com aspecto crocante. Fundo Municipal de Saúde	PCT	300		11,50 0	3.450,00
Total do Lote						3.450,00	

Lote		00015 - TORTA DE LIQUIDIFICADOR					
Descrição		recheio de frango, feito com produtos de 1º linha.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00015	00020053	TORTA DE LIQUIDIFICADOR Recheio de frango, feito com produtos de 1º linha. Fundo Municipal de Saúde	KG	300		53,00 0	15.900,00
Total do Lote						15.900,00	

Lote		00016 - TORTA DE PÃO DE FORMA					
Descrição		pão de forma, recheio de peito de frango desfiado,maionese, milho verde batata palha, com produtos de 1 º linha.					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00016	00018018	TORTA DE PÃO DE FORMA Pão de forma, recheio de peito de frango desfiado,maionese, milho verde batata palha, com produtos de 1 º linha. Fundo Municipal de Saúde	KG	300		59,9 70	17.991,00
Total do Lote						17.991,00	

Lote		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Descrição		00001 - BISCOITO POLVILHO					
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total

00001	00017197	BISCOITO POLVILHO Formato tipo argola ou palito, embalado de sacos plásticos transparente resistentes, pesando 250 gramas, 90% do produto deve estar com suas características intactas (não quebrados). No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	PCT	300		11,000	3.300,00
00002	00017197	BISCOITO POLVILHO Formato tipo argola ou palito, embalado de sacos plásticos transparente resistentes, pesando 250 gramas, 90% do produto deve estar com suas características intactas (não quebrados). No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria. CREAS	PCT	100		11,000	1.100,00
00003	00017197	BISCOITO POLVILHO Formato tipo argola ou palito, embalado de sacos plásticos transparente resistentes, pesando 250 gramas, 90% do produto deve estar com suas características intactas (não quebrados). No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria. CRAS	PCT	300		11,000	3.300,00
Total do Lote						7.700,00	

Lote		00002 - BOLO CONFEITADO E E RECHEADO					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marc a	Médio Unit.	Valor Total
00004	00020885	BOLO CONFEITADO E RECHEADO Bolo em confeitaria fina, sabores de frutas e chocolate, cores e temas unissex, tudo delicioso e lindo. Com peso médio de até 2 quilos. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	KGG	60		73,333	4.400,00
Total do Lote						4.400,00	

Lote		00003 - BOLO VARIOS SABORES MASSA NATURAL					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00005	00018011	BOLO VARIOS SABORES MASSA NATURAL (Fubá, aipim, laranja, chocolate, maracujá, banana etc), obtidos a partir de materia prima de primeira qualidade, a massa deve estar com boa aparência macia e aerada. Serão rejeitados bolos mal assados, queimados, amassados, embatumados, aspectos de massa pesada e de características organolépticas anormais, livres de sujidades ou qualquer outro tipo de contaminantes como fungos ou bolores. O produto deverá ser embalado em pratos de papelão laminado específico para esse fim e coberto com papel filme. Deve conter na embalagem etiqueta compeso, data de fabricação, validade e sabor. Produto da casa. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	KG	100		36,667	3.666,67

00006	00018011	BOLO VARIOS SABORES MASSA NATURAL (Fubá, aipim, laranja, chocolate, maracujá, banana etc), obtidos a partir de materia prima de primeira qualidade, a massa deve estar com boa aparencia macia e aerada. Serão rejeitados bolos mal assados,queimados, amassados, embatumados, aspectos de massa pesada e de características organolépticas anormais, livres de sujidades ou qualquer outro tipo de contaminantes como fungos ou bolores. O produto deverá ser embalado em pratos de papelão laminado específico para esse fim e coberto com papel filme. Deve conter na embalagem etiqueta compeso, data de fabricação, validade e sabor. Produto da casa. CRAS	KG	100		36,667	3.666,67
00007	00018011	BOLO VARIOS SABORES MASSA NATURAL (Fubá, aipim, laranja, chocolate, maracujá, banana etc), obtidos a partir de materia prima de primeira qualidade, a massa deve estar com boa aparencia macia e aerada. Serão rejeitados bolos mal assados,queimados, amassados, embatumados, aspectos de massa pesada e de características organolépticas anormais, livres de sujidades ou qualquer outro tipo de contaminantes como fungos ou bolores. O produto deverá ser embalado em pratos de papelão laminado específico para esse fim e coberto com papel filme. Deve conter na embalagem etiqueta compeso, data de fabricação, validade e sabor. Produto da casa. CREAS	KG	20		36,667	733,33
Total do Lote							8.066,67

Lote		00004 - IOGURTE					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00008	00000535	IOGURTE Iogurte com polpa de frutas sabores em pacote de01 Litro, longa vida integral FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	LT	100		10,333	1.033,33
00009	00000535	IOGURTE Iogurte com polpa de frutas sabores em pacote de01 Litro, longa vida integral CRAS	LT	100		10,333	1.033,33
Total do Lote							2.066,67

Lote		00005 - LEITE ACHOCOLATADO					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00010	00000668	LEITE ACHOCOLATADO Tradicional contendo açúcar, cacau, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas, lecitina de soja e aromatizantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	LT	100		7,633	763,33
00011	00000668	LEITE ACHOCOLATADO Tradicional contendo açúcar, cacau, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas, lecitina de soja e aromatizantes CRAS	LT	100		7,633	763,33
Total do Lote							1.526,67

Lote		00006 - MINI PIZZA					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total

00012	00018017	MINI PIZZA Mini pizza com molho de tomate, calabresa, frango, queijo e oregano, contendo aproximadamente 30g cada. Produto da casa. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	UN	500		2,833	1.416,67
00013	00018017	MINI PIZZA Mini pizza com molho de tomate, calabresa, frango, queijo e oregano, contendo aproximadamente 30g cada. Produto da casa. CRAS	UN	500		2,833	1.416,67
00014	00018017	MINI PIZZA Recheio de frango, queijo e presunto. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	UN	400		2,833	1.133,33
Total do Lote						3.966,67	

Lote		00007 - MINI PANETONE					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marc a	Médio Unit.	Valor Total
00015	00019340	Mini Panetone Ingredientes mínimos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, frutas cristalizadas, uvas passas, açúcar, gordura vegetal, ovo e/ou gema de ovo e manteiga. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Não deverá conter gordura trans, corantes artificiais e adoçantes dietéticos. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	UN	100		4,333	433,33
Total do Lote						433,33	

Lote		00008 - PAO C/ QUEIJO E PRESUNTO					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marc a	Médio Unit.	Valor Total
00016	00011448	PAO C/ QUEIJO E PRESUNTO Pão francês, presunto, queijo prato ou mussarela. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	UN	1500		5,967	8.950,00
00017	00011448	PAO C/ QUEIJO E PRESUNTO Pão francês, presunto, queijo prato ou mussarela. CRAS	UN	1500		5,967	8.950,00
Total do Lote						17.900,00	

Lote		00009 - PAO DE CACHORRO QUENTE					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marc a	Médio Unit.	Valor Total
00018	00000205	PAO DE CACHORRO QUENTE Pacote com dez unidades, massa leve, farinha de trigo/fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca fatiado, cortado em fatias. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor esabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição farelo de corantes de qualquer natureza em sua confecção, isento de parasitas, sujidades, larvas e material estranho, acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com 10 unidades cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data da embalagem, peso líquido. Data de validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega. Pacote de 500g. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	PCT	100		8,833	883,33

00019	00000205	PAO DE CACHORRO QUENTE	PCT	100		8,833	883,33
		Pacote com dez unidades, massa leve, farinha de trigo/fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca fatiado, cortado em fatias. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor esabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição farelo de corantes de qualquer natureza em sua confecção, isento de parasitas, sujidades, larvas e material estranho, acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com 10 unidades cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data da embalagem, peso líquido. Data de validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega. Pacote de 500g. CREAS					
00020	00000205	PAO DE CACHORRO QUENTE Pacote com dez unidades, massa leve, farinha de trigo/fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca fatiado, cortado em fatias. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor esabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição farelo de corantes de qualquer natureza em sua confecção, isento de parasitas, sujidades, larvas e material estranho, acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com 10 unidades cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data da embalagem, peso líquido. Data de validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega. Pacote de 500g. CRAS	PCT	100		8,833	883,33
00021	00000205	PAO DE CACHORRO QUENTE Pacote com dez unidades, massa leve, farinha de trigo/fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca fatiado, cortado em fatias. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor esabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição farelo de corantes de qualquer natureza em sua confecção, isento de parasitas, sujidades, larvas e material estranho, acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com 10 unidades cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data da embalagem, peso líquido. Data de validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega. Pacote de 500g. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	PCT	150		8,833	1.325,00
Total do Lote						3.975,00	

Lote		00010 - PAO DE HAMBURGUER					
Descrição							
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marc a	Médio Unit.	Valor Total
00022	00000928	PAO DE HAMBURGUER Pacote com 07 unidades, massa leve, farinha de trigo/fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca fatiado, cortado em fatias. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição farelo de corantes de qualquer natureza em sua confecção, isento de parasitas, sujidades, larvas e material estranho, acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com 10 unidades cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data da embalagem, peso líquido. Data de validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	PCT	500		7,767	3.883,33

		da entrega.					
00023	00000928	PAO DE HAMBURGUER Pacote com 07 unidades, massa leve, farinha de trigo/fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca fatiado, cortado em fatias. Será rejeitado o pão queimado ou malcozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição farelo de corantes de qualquer natureza em sua confecção, isento de parasitas, sujidades, larvas e material estranho, acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com 10 unidades cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data da embalagem, peso líquido. Data de validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega. CREAS	PCT	100		7,767	776,67
00024	00000928	PAO DE HAMBURGUER Pacote com 07 unidades, massa leve, farinha de trigo/fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca fatiado, cortado em fatias. Será rejeitado o pão queimado ou malcozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição farelo de corantes de qualquer natureza em sua confecção, isento de parasitas, sujidades, larvas e material estranho, acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com 10 unidades cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data da embalagem, peso líquido. Data de validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega. CRAS	PCT	500		7,767	3.883,33
00025	00000928	PAO DE HAMBURGUER Pacote com 07 unidades, massa leve, farinha de trigo/fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca fatiado, cortado em fatias. Será rejeitado o pão queimado ou malcozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição farelo de corantes de qualquer natureza em sua confecção, isento de parasitas, sujidades, larvas e material estranho, acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com 10 unidades cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data da embalagem, peso líquido. Data de validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	PCT	100		7,767	776,67
Total do Lote						9.320,00	

Lote		00011 - PAO DE QUEIJO					
Descrição							
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marc a	Médio Unit.	Valor Total
00026	00015474	PAO DE QUEIJO Em forma de bolinhas, produzido no dia da entrega, fresquinhos, não pode estar murcho e nem com aspecto envelhecido. Deverá ser acondicionado em embalagens limpas e devidamente fechadas. Produto da casa. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	UN	4000		2,167	8.666,67
00027	00015474	PAO DE QUEIJO Em forma de bolinhas, produzido no dia da entrega, fresquinhos, não pode estar murcho e nem com aspecto envelhecido. Deverá ser acondicionado em embalagens limpas e devidamente fechadas. Produto da casa. CRAS	UN	4000		2,167	8.666,67

Total do Lote	17.333,33
----------------------	------------------

Lote		00012 - PAO DE FORMA					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marc a	Médio Unit.	Valor Total
00028	00008001	PÃO DE FORMA Pão de forma integral, fatiado verticalmente, fresco isento de gorduras trans, adicionado em pacotes com aproximadamente 500g, embalagem com aproximadamente 20 fatias. A embalagem deve conter dados de fabricação e validade impresso visivelmente. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	PCT	100		8,967	896,67
Total do Lote						896,67	

Lote		00013 - SALGADOS ASSADOS					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marc a	Médio Unit.	Valor Total
00029	00011450	SALGADOS ASSADOS Peso mínimo de cada unidade de 20 a 25 gramas, recheio, carne, frango ou queijo - espécie a escolher(mini esfirra, mini espada, enrolado de salsicha, enrolado de presunto e queijo, mini pastel, mini coxinha, mini quibe etc... FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	UN	500		2,000	1.000,00
00030	00011450	SALGADOS ASSADOS Peso mínimo de cada unidade de 20 a 25 gramas, recheio, carne, frango ou queijo - espécie a escolher(mini esfirra, mini espada, enrolado de salsicha, enrolado de presunto e queijo, mini pastel, mini coxinha, mini quibe etc... CRAS	UN	500		2,000	1.000,00
Total do Lote						2.000,00	

Lote		00014 - SANDUICHE NATURAL					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marc a	Médio Unit.	Valor Total
00031	00011452	SANDUICHE NATURAL Composto por pão doce de 25g, com recheio de patê de frango, alface e cenoura ralada. Produto da casa FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	UN	4000		7,000	28.000,00
00032	00011452	SANDUICHE NATURAL Composto por pão doce de 25g, com recheio de patê de frango, alface e cenoura ralada. Produto da casa CREAS	UN	1000		7,000	7.000,00
00033	00011452	SANDUICHE NATURAL Composto por pão doce de 25g, com recheio de patê de frango, alface e cenoura ralada. Produto da casa CRAS	UN	4000		7,000	28.000,00
00034	00011452	SANDUICHE NATURAL Composto por pão doce de 25g, com recheio de patê de frango, alface e cenoura ralada. Produto da casa SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	UN	400		7,000	2.800,00
Total do Lote						65.800,00	

Lote	00015 - SUCO
-------------	---------------------

Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00035	00001707	SUCO Suco de frutas entre os sabores: uva, laranja, abacaxi, morango, manga, pêssego, caju etc... embalado em caixinha de 1 Litro. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	UN	400		8,633	3.453,33
00036	00001707	SUCO Suco de frutas entre os sabores: uva, laranja, abacaxi, morango, manga, pêssego, caju etc... embalado em caixinha de 1 Litro. CRAS	UN	400		8,633	3.453,33
Total do Lote						6.906,67	

Lote		00016 - TORRADA DE PAO FRANCES					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00037	00015202	TORRADA DE PÃO FRANCÊS Torrada temperada com manteiga, alho e orégano. Produto da casa. CREAS	PCT	100		11,500	1.150,00
00038	00015202	TORRADA DE PÃO FRANCÊS Torrada temperada com manteiga, alho e orégano. Produto da casa. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	PCT	300		11,500	3.450,00
00039	00015202	TORRADA DE PÃO FRANCÊS Torrada temperada com manteiga, alho e orégano. Produto da casa. CRAS	PCT	300		11,500	3.450,00
Total do Lote						8.050,00	

Lote		00017 - TORTA DE LIQUIDIFICADOR					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00040	00018023	TORTA DE LIQUITIFICADOR RECHEIO DE FRANGO, CARNE E/OU SALSICHAFEITO COM PRODUTOS DE 1ª LINHA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	KG	300		53,300	15.990,00
00041	00018023	TORTA DE LIQUITIFICADOR RECHEIO DE FRANGO, CARNE E/OU SALSICHAFEITO COM PRODUTOS DE 1ª LINHA CRAS	KG	300		53,300	15.990,00
Total do Lote						31.980,00	

Lote		00018 - TORTA DE PAO DE FORMA					
Descrição							
Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Médio Unit.	Valor Total
00042	00018018	TORTA DE PÃO DE FORMA PÃO DE FORMA, RECHEIO DE PEITO DE FRANGO DESEFIADO,MAIONESE, MILHO VERDE BATATA PALHA, COM PRODUTOS DE 1 º LINHA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	KG	300		59,967	17.990,00
00043	00018018	TORTA DE PÃO DE FORMA PÃO DE FORMA, RECHEIO DE PEITO DE FRANGO DESEFIADO,MAIONESE, MILHO VERDE BATATA PALHA, COM PRODUTOS DE 1 º LINHA CRAS	KG	300		59,967	17.990,00
Total do Lote						35.980,00	

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na Dispensa de licitação original; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade dos serviços.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias do mês seguinte, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto;

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertencentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

15.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

15.7 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

15.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6 / 100) / 365$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-----------------------	---

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrava nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a Contratada que:

16.1.1 der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2 não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.3 ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

16.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução dos serviços;

16.1.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.6 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2 multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

16.2.3 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.5 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrava no subitem 15.1 deste Termo de Referência;

16.2.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processos administrativos que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ava da União e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrava simplificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remeadas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu ritmo normal na unidade administrava.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1 O custo estimado da contratação é:

- Fundo Municipal de Assistência Social: **R\$ 228.301,67** (duzentos e vinte e oito mil trezentos e um reais e sessenta e sete centavos)
- Fundo Municipal de Saúde: **R\$ 126.457,80** (cento e vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos)
- Prefeitura Municipal: **R\$ 188.274,40** (cento e oitenta e oito mil duzentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos) correspondente às secretarias:

Montanha - ES, 27 de fevereiro de 2024.

Assinam este termo:

Marcelo Lírío da Silva

Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Jane Bispo Engelhardt

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Secretária Interina Municipal da Fazenda

Fernanda Patrocínio Barreto

Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde

Maiana Ribeiro de Carvalho

Coordenadora do Fundo Municipal de Assistência Social

Aprovam este termo:

André dos Santos Sampaio

Prefeito Municipal

Edgar da Silva Andrade

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Erika Francischeto Sampaio

Secretária Municipal de Assistência Social